



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

TARDE

AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prova Escrita Objetiva - Nível Superior Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

1

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!**

LÍNGUA PORTUGUESA

Toda esta prova aborda erros do ser humano, inclusive de linguagem, utilizando frases de autores diversos; o interesse maior das questões está em verificar sua competência na compreensão/interpretação de textos e sua capacidade de estruturar pensamentos com a língua escrita culta.

1

Pedro I, czar da Rússia, escreveu certa vez: “Sobre uma cabeça arrependida não se abaixa a espada”.

O czar, com essa frase, defende que:

- (A) a pena de morte seja suspensa;
- (B) o arrependido já recebeu pena suficiente;
- (C) a espada deve punir os falsamente arrependidos;
- (D) os arrependidos merecem perdão;
- (E) a espada só deve punir crimes bárbaros.

2

A frase abaixo que NÃO mostra uma estrutura comparativa, como as demais, é:

- (A) “Não existe testemunha tão terrível, nem acusador tão implacável quanto a consciência”;
- (B) “A consciência é um Deus para todos os mortais”;
- (C) “Os erros de um grande espírito são mais instrutivos do que as verdades de um pequeno”;
- (D) “Um homem é tão mais respeitável quanto mais numerosas são as coisas das quais se envergonha”;
- (E) “Muitas vezes erra não apenas quem faz, mas também quem deixa de fazer alguma coisa”.

3

O poeta italiano Leopardi escreveu: “O sentimento de vingança é tão agradável, que muitas vezes o homem deseja ser ofendido para poder se vingar, e não falo apenas de um inimigo habitual, mas de uma pessoa indiferente, ou até mesmo, sobretudo em alguns momentos de humor negro, de um amigo”.

Esse pensamento mostra uma série de distintos conectivos; a opção em que se indica o valor correto do conectivo sublinhado é:

- (A) “que muitas vezes o homem deseja ser ofendido” / consequência;
- (B) “para poder se vingar” / explicação;
- (C) “e não falo apenas de um inimigo habitual” / conclusão;
- (D) “mas de uma pessoa indiferente” / adição;
- (E) “ou até mesmo” / retificação.

4

O poeta italiano Leopardi escreveu: “O sentimento de vingança é tão agradável, que muitas vezes o homem deseja ser ofendido para poder se vingar, e não falo apenas de um inimigo habitual, mas de uma pessoa indiferente, ou até mesmo, sobretudo em alguns momentos de humor negro, de um amigo”.

Nessa frase de Leopardi, os vocábulos “inimigo / indiferente / amigo” mostram uma gradação de significados; uma gradação semelhante ocorre em:

- (A) insípido / gostoso / saboroso;
- (B) baixo / alto / gigantesco;
- (C) pobre / remediado / rico;
- (D) calmo / tranquilo / sossegado;
- (E) afastado / distante / longínquo.

5

O conhecido filósofo Schopenhauer disse certa vez: “Observei que o caráter de quase todos os homens parece particularmente adaptado a uma certa idade da vida, de modo que nela apresenta-se de forma mais proveitosa. Alguns são jovens amáveis, e depois disso passa, outros, homens enérgicos e ativos, dos quais a idade rouba todos os valores. Muitos se apresentam mais favoravelmente na velhice, quando são mais indulgentes por serem mais experientes e serenos”.

Tratando-se de um texto argumentativo, a observação correta é:

- (A) a autoridade do argumentador, nesse caso, está ligada à sua idade, à sua experiência de vida;
- (B) o argumentador do texto é uma pessoa individual representativa de um grupo;
- (C) a tese do segmento é “o caráter de quase todos os homens parece particularmente adaptado a uma certa idade da vida”;
- (D) a tese apresentada no texto se mostra como uma certeza;
- (E) os argumentos presentes no texto são originais e alheios.

6

Em *Contos Fluminenses*, Machado de Assis escreveu: “Não há erro venial, em matéria de costumes e de amor”.

Com essa frase, nosso famoso escritor afirma que:

- (A) erros provocados por amor podem ser perdoados;
- (B) todos os erros, mesmo os mais graves, merecem perdão;
- (C) em matéria de costumes, todos somos pecadores;
- (D) no terreno do amor, todos os erros são graves;
- (E) em matéria de costumes e de amor, todos erramos.

7

Um escritor russo – M. E. Saltykov – escreveu: “A vergonha é a preciosíssima capacidade do homem de relacionar seus comportamentos com as exigências daquela suprema consciência, que nos foi deixada de herança pela história da humanidade”.

Segundo esse pensamento, sente-se envergonhado quem:

- (A) contraria a herança deixada pela história da humanidade;
- (B) se comporta segundo as exigências da consciência;
- (C) perdeu a capacidade de controlar seus comportamentos;
- (D) compara seus comportamentos com os dos outros homens;
- (E) não herdou os padrões da história da humanidade.

8

O poeta italiano Leopardi disse certa vez, sobre o arrependimento: “É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento. No arrependimento não há descanso nem paz, e por isso é a maior ou a mais amarga de todas as desgraças”.

Trata-se de um texto:

- (A) descritivo, de caráter visual;
- (B) argumentativo, de base opinativa;
- (C) dissertativo, de caráter informativo;
- (D) narrativo, de temática abstrata;
- (E) descritivo-narrativo, com mistura de dados e fatos.

9

“É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento. No arrependimento não há descanso nem paz...”

Nesse segmento do pensamento de Leopardi ocorre a repetição do vocábulo “arrependimento”; a reescritura adequada desse segmento a fim de evitar-se a repetição é:

- (A) É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento, mas aí não há descanso nem paz;
- (B) É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento, pois, então, não há descanso nem paz;
- (C) É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento porque nele não há descanso nem paz;
- (D) É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento apesar de não haver descanso nem paz sem ele;
- (E) É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento, pois, a partir dele, não há descanso nem paz.

10

Num julgamento determinado, o advogado de defesa disse o seguinte: “O réu, que aqui está sendo julgado por homicídio, sempre foi, senhores jurados, um ótimo pai de família e chegou a diretor da associação de moradores de seu bairro...”

A argumentação do advogado, nesse caso, mostra um problema de formulação, que é identificado como:

- (A) uma falsa analogia foi estabelecida;
- (B) as afirmações feitas se apoiam em opiniões pessoais;
- (C) a falta de lógica nos dados apresentados;
- (D) uma generalização foi formulada;
- (E) a questão principal é abandonada por digressão.

11

O célebre político e escritor italiano Maquiavel escreveu em sua obra *O Príncipe*: “Por conseguinte, um senhor prudente não pode nem deve cumprir a palavra dada, quando tal observância lhe for prejudicial e quando as razões que levaram à sua promessa deixarem de existir. E se os homens fossem todos bons, tal preceito não valeria: mas como são pérfidos e não cumprem a palavra contigo, tu também não és obrigado a cumprir a palavra com eles”.

O termo inicial desse segmento – *Por conseguinte* – mostra que tudo o que está nele expresso funciona como uma:

- (A) explicação;
- (B) retificação;
- (C) condição;
- (D) conclusão;
- (E) concessão.

12

“...um senhor prudente não pode nem deve cumprir a palavra dada, quando tal observância lhe for prejudicial e quando as razões que levaram à sua promessa deixarem de existir.”

A afirmação adequada sobre um dos componentes desse segmento textual é:

- (A) a afirmação inicial é condicionada pelas seguintes;
- (B) o conteúdo do segmento confirma que ninguém deve produzir provas contra si mesmo;
- (C) as circunstâncias apresentadas para justificar-se a afirmação inicial são fruto de informações intelectuais;
- (D) as circunstâncias apresentadas para explicar-se a afirmação inicial são mutuamente dependentes;
- (E) a prudência, segundo o texto, procura proteção pessoal e a criação de uma positiva imagem social.

13

Um dos problemas textuais mais frequente é a incoerência, como a que está presente na seguinte frase:

- (A) “Fiz esta carta longa porque não tive tempo de fazê-la mais curta”;
- (B) “Há tantos que escrevem e tão poucos que leem”;
- (C) “Escreve as ofensas na areia e os benefícios no mármore”;
- (D) “Escrever cartas é a maneira mais deliciosa de perder tempo”;
- (E) “O que vale é a versão e não os fatos”.

14

Muitas expressões carecem de lógica; a frase abaixo que se mostra logicamente adequada é:

- (A) Os débitos do aluguel foram pagos em uma parcela única;
- (B) Ninguém chegou na hora, exceto o Heitor;
- (C) Bebeu na festa a mesma bebida de ontem;
- (D) Ligue para mim que eu trago o pedido até você;
- (E) Houve um acidente fatal, com duas vítimas.

15

Observe o início estranho de um texto do humorista Millôr Fernandes: “Certa vez eu jogava uma partida de sinuca e só havia a bola sete na mesa. De modo que mastiguei-a lentamente, saboreando-lhe os bocados com prazer. Refiro-me à refeição que havia pedido ao garçom. Dei-lhe duas tacadas na cara. Estou me referindo à bola”.

A estranheza desse texto deriva do emprego de:

- (A) vocábulos com sentido diferente do dicionarizado;
- (B) palavras sem antecedente expreso;
- (C) expressões inadequadas às ações;
- (D) erros contínuos de concordância;
- (E) diferentes níveis de linguagem.

16

Numa reportagem sobre um acidente de trânsito, um jornal de São Paulo utilizou diversas estruturas textuais; a frase abaixo que se insere entre textos descritivos é:

- (A) “Como o sinal estava fechado, a vítima decidiu atravessar”;
- (B) “Após caminhar alguns passos, a vítima notou que um caminhão se aproximava”;
- (C) “A polícia conseguiu levar a vítima para o hospital mais próximo e a deixou no setor de emergências”;
- (D) “A esquina estava cheia de gente na hora do acidente, com um guarda de trânsito perto do sinal”;
- (E) “O trânsito está a cada dia mais perigoso e é urgente uma penalização mais dura para os infratores”.

17

Abaixo estão apontados cinco diferentes tipos textuais; o tipo que mostra sua função principal de forma adequada é:

- (A) cartaz publicitário: convencer;
- (B) livro didático: informar;
- (C) reportagem jornalística: expressar-se;
- (D) horóscopo: regulamentar;
- (E) regulamento de um prédio: ensinar.

18

Observe o texto a seguir.

“Frequentemente, entre nossos motivos de ação há um mais forte que(1) os demais: é aquele que(2) não é declarado”.

As palavras dessa frase que estabelecem coesão com o termo sublinhado são:

- (A) um / os demais / aquele / que(2);
- (B) um / mais forte / os demais / aquele;
- (C) os demais / aquele / que(2);
- (D) aquele / que(2);
- (E) um / mais forte / que(1) / os demais / aquele.

19

“Deus existe. Não podemos nem queremos provar-nos isso; tentar tal coisa nos pareceria blasfêmia, assim como negar sua existência seria loucura. Deus existe porque existimos. Deus vive na nossa consciência, na consciência da humanidade, no universo que nos circunda.”

Alguns textos apresentam um conjunto de vocábulos pertencentes a um determinado campo do conhecimento.

No texto acima, do político italiano G. Mazzini, os vocábulos pertencentes ao campo da religião são:

- (A) Deus / existência / consciência;
- (B) Deus / blasfêmia / loucura / universo;
- (C) Deus / existência / universo;
- (D) Deus / existência / consciência / humanidade / universo;
- (E) Deus / blasfêmia.

20

A ambiguidade pode ser um problema textual, mas muitas vezes ela é intencionalmente produzida para que a expressão se torne mais efetiva, pela junção de dois sentidos.

A frase publicitária abaixo que NÃO apela para uma ambiguidade é:

- (A) Nesta padaria todos metemos a mão na massa!
- (B) Nossos doces são ótimos. Qualidade que se prova!
- (C) CBN: a rádio que toca a notícia!
- (D) Conosco, suas ações vão lhe trazer lucro!
- (E) Só fala e escreve bem quem pensa!

21

O escritor Víctor Hugo disse certa vez: “Há pessoas que têm uma biblioteca como os eunucos têm um harém”.

Essa mesma ideia sobre os livros se repete em:

- (A) “Um livro é uma janela por onde escapamos”;
- (B) “Enquanto houver livros, não existirá o passado”;
- (C) “Livro raro é aquele devolvido depois de emprestado”;
- (D) “Livros são apenas árvores repletas de rabiscos”;
- (E) “Um livro se resume a uma lombada dourada de couro”.

22

Em todas as frases abaixo há a repetição de um vocábulo; a frase em que esse vocábulo repetido mostra significados diferentes é:

- (A) “O que tiveres de fazer, faze-o depressa”;
- (B) “O ideal é não esperar pelo momento ideal”;
- (C) “Não existem executivos bem-sucedidos. Há executados bem-sucedidos”;
- (D) “A arte de agradar é a arte de enganar”;
- (E) “Há pessoas que têm dinheiro e pessoas que são ricas”.

23

“Ganha-se mais na compra que na venda”.

O vocábulo SE aparece com a mesma função em:

- (A) “Negócios se baseiam no segredo, mas o sucesso tem base na cooperação”;
- (B) “Não se preocupe com quem é o pai da ideia; escolha as melhores e vá em frente”;
- (C) “A melhor época para se comprar é quando o sangue está correndo pelas ruas”;
- (D) “Com dinheiro na frente, todos os caminhos se abrem”;
- (E) “Se você acertou, pare de tentar”.

24

Em todas as frases abaixo há inadequações gramaticais; a única frase inteiramente correta é:

- (A) “A natureza e os livros pertencem aos olhos de quem as veem”;
- (B) “As milhares de obras escritas são o bendito clorofórmio da mente”;
- (C) “É preciso escrever o máximo possível como se fala e não falar demais como se escreve”;
- (D) “A situação dos imigrantes venezuelanos no Norte se afastam muito das condições dignas de vida”;
- (E) “O governador disse que avisou a polícia para os distúrbios provocados pela manifestação”.

25

A frase abaixo que poderia ser vista como uma definição de coerência textual é:

- (A) “A palavra foi dada ao homem para disfarçar o próprio pensamento”;
- (B) “As ideias acendem umas às outras como centelhas elétricas”;
- (C) “Uma vez fixadas nas palavras, as imagens de memória se apagam”;
- (D) “Uma ideia não executada é um sonho”;
- (E) “O estilo é um modo muito simples de dizer coisas complicadas”.

CONTROLE EXTERNO

26

Consoante a sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a Auditoria Interna, para tomar as contas do responsável pelo almoxarifado do Tribunal:

- (A) pode agir de ofício, independentemente de provocação;
- (B) somente pode agir por determinação do Pleno do Tribunal;
- (C) somente pode agir por determinação da Presidência do Tribunal;
- (D) somente pode agir por determinação do Secretário-Geral do Tribunal;
- (E) somente pode agir por determinação de Conselheiro ou colegiado do Tribunal.

27

João atuara como ordenador de despesas no Município Alfa e, em razão da ausência de prestação de contas, passou a responder a processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Após apresentar sua manifestação inaugural nos autos, constituindo, inclusive, advogado, não foi mais encontrado, sendo certificado nos autos que se encontrava em lugar incerto e não sabido.

Na situação descrita na narrativa:

- (A) o processo e o fluxo do prazo prescricional devem ser suspensos até que João seja encontrado;
- (B) João será notificado por edital apenas para a prática de atos personalíssimos;
- (C) João deve ser notificado por correspondência, com aviso de recebimento;
- (D) João sempre será notificado na pessoa do seu advogado;
- (E) João sempre será notificado por edital.

28

O Prefeito do Município Alfa editou o Decreto nº XX/2021, permitindo, em situações excepcionais, a concessão de numerário a servidor, precedido de empenho, autorizando-o a promover a execução orçamentária e financeira de modo distinto da normal, com prazo certo para a sua utilização e exigência de comprovação das despesas e de prestação de contas.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas:

- (A) é vedada a edição de decreto com esse conteúdo;
- (B) essa sistemática é denominada requisição e só pode ser estabelecida em lei;
- (C) essa sistemática é denominada adiantamento e só pode ser estabelecida em lei;
- (D) essa sistemática é denominada pagamento diferido e pode ser estabelecida por decreto;
- (E) não há qualquer irregularidade na sistemática estabelecida pelo Prefeito Municipal de Alfa.

29

José, ordenador de despesas na autarquia estadual ZZ, ao tomar conhecimento de que suas contas do exercício pretérito seriam apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, procurou orientação de um advogado para saber se, além de eventual imputação de débito, poderia sofrer a aplicação da sanção de multa.

O advogado respondeu, corretamente, que José:

- (A) somente pode sofrer a sanção de multa de 100% do valor do dano causado ao erário, caso suas contas sejam julgadas irregulares;
- (B) somente pode sofrer a sanção de multa de até 100% do valor do dano causado ao erário, caso suas contas sejam julgadas irregulares;
- (C) pode sofrer a sanção de multa, caso suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, em razão de impropriedade ou faltas identificadas;
- (D) pode sofrer a sanção de multa, mesmo com o julgamento da regularidade das contas, caso a decisão seja tomada pelo voto de dois terços do Tribunal de Contas;
- (E) somente pode sofrer a sanção de multa caso o julgamento das contas, consideradas regulares com ressalva ou irregulares, tenha resultado em imputação de débito.

30

Isabel, Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, recebeu um processo administrativo para que presidisse a sua instrução e o relatasse.

Considerando as atribuições exercidas por Isabel com base na legislação de regência, é correto afirmar que ela:

- (A) não deve realizar as referidas atividades, que são privativas dos Conselheiros do Tribunal;
- (B) deve realizar as referidas atividades, ainda que não esteja convocada para substituir Conselheiro;
- (C) deve realizar as referidas atividades, mas tão somente se estiver convocada para substituir Conselheiro;
- (D) pode realizar as referidas atividades, desde que haja determinação de dois terços dos Conselheiros;
- (E) pode realizar as referidas atividades, desde que haja determinação da maioria absoluta dos Conselheiros.

31

XX, Procurador de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, requereu a instauração de processo de tomada de contas perante o Tribunal Pleno.

À luz da sistemática legal vigente, XX, enquanto Procurador de Contas:

- (A) tem atribuição própria para formular o referido requerimento;
- (B) pode formular referido requerimento, por delegação do Procurador-Geral de Contas;
- (C) não pode formular tal requerimento, por não ser atribuição do Ministério Público de Contas;
- (D) pode formular referido requerimento, após autorização do Presidente do Tribunal de Contas;
- (E) não pode formular tal requerimento, pois trata-se de competência privativa do Tribunal de Contas.

32

O Tribunal de Contas do Estado Alfa recebeu as contas de governo do Prefeito do Município Gama. Após regular análise, considerou que não foram aplicados os percentuais mínimos da receita pública nas áreas de saúde e educação.

Nesse caso, o Tribunal de Contas deve:

- (A) emitir parecer e encaminhá-lo à Câmara Municipal de Gama, que o apreciará livremente;
- (B) julgar as contas irregulares, determinando a devida compensação no exercício financeiro seguinte;
- (C) julgar as contas irregulares, sendo o resultado revisto assim que complementado o valor direcionado a essas áreas;
- (D) emitir parecer e encaminhá-lo à Câmara Municipal de Gama, que somente pode decidir em sentido diverso pelo voto da metade de seus membros;
- (E) emitir parecer e encaminhá-lo à Câmara Municipal de Gama, que somente pode decidir em sentido diverso pelo voto de dois terços de seus membros.

33

Ana, servidora pública municipal e ordenadora de despesas no Município Alfa, deixou de apresentar as contas correspondentes ao último exercício financeiro findo. Por tal razão, o Tribunal de Contas decidiu apurar a sua responsabilidade.

Nesse caso, deve ser instaurado(a):

- (A) tomada de contas;
- (B) tomada de contas especial;
- (C) incidente de prestação de contas;
- (D) procedimento de requisição de contas;
- (E) procedimento de comunicação de omissão.

34

Maria, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, foi orientada a encaminhar determinado processo administrativo ao “corpo deliberativo” do Tribunal.

Isso significa dizer que ela deverá encaminhar o processo ao:

- (A) Tribunal Pleno;
- (B) Tribunal Pleno ou às Câmaras;
- (C) Tribunal Pleno, às Câmaras ou aos órgãos singulares;
- (D) Tribunal Pleno, às Câmaras, às Comissões ou aos órgãos singulares;
- (E) Tribunal Pleno, às Câmaras, aos órgãos singulares ou ao Presidente do Tribunal.

35

Antônio e José travaram intenso debate a respeito da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Antônio sustentava que essa Secretaria não possuía divisões internas, a nível de Subsecretarias, divisão esta que seria incompatível com a unicidade de suas atribuições, mas contava com comissões, tanto para o exame das contas gerais do governo do Estado, como para a verificação da responsabilidade fiscal. José, por sua vez, sustentava que a Secretaria não só contava com Subsecretarias, como que existiriam órgãos dessa natureza incumbidos, respectivamente, do controle externo da Administração direta e do controle externo da Administração indireta.

À luz da sistemática regimental, é correto afirmar que:

- (A) José estava completamente certo;
- (B) Antônio estava completamente certo;
- (C) Antônio estava completamente errado;
- (D) Antônio estava parcialmente certo, pois a Secretaria não conta com comissões;
- (E) José estava parcialmente certo, pois, apesar de a Secretaria contar com Subsecretarias, não existiam as que indicou.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

36

Determinado Juiz de Direito, titular de uma Vara de Família, apresentava baixa produtividade, demorando de modo irrazoável na realização de audiências e na prolação de decisões, o que vinha causando grande prejuízo ao interesse público. Afinal, inúmeros processos que ali tramitavam, a exemplo das ações de alimentos, exigiam decisão célere. À luz desse quadro, um influente político da região procurou seu advogado e perguntou se seria possível remover o Juiz, da referida Vara, contra a sua vontade.

O advogado respondeu, corretamente, que as remoções dos Juizes de Direito:

- (A) precisam ser sempre voluntárias, em razão da garantia da inamovibilidade;
- (B) podem ser compulsórias, mas pressupõem prévia condenação criminal;
- (C) podem ser compulsórias, mas pressupõem prévia condenação por ato de improbidade administrativa;
- (D) podem ser compulsórias, como nos fatos descritos, por decisão de dois terços do órgão colegiado competente;
- (E) podem ser compulsórias, como nos fatos descritos, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente.

37

Com o objetivo de conter o elevado déficit orçamentário, foi editada a Lei Federal nº XX/2021, que determinou, em seu Art. 1º, a redução, por um período de doze meses, dos benefícios da seguridade social. O Art. 2º dispôs que os benefícios pagos às populações rurais seriam inferiores, em 10%, àqueles pagos às populações urbanas, considerando a demonstração de que ocorrera redução do custo de vida nessas localidades. Por fim, o Art. 3º consagrou a gestão centralizada como forma de ganhos, em economia de escala, nas decisões a serem tomadas.

À luz dos princípios constitucionais da seguridade social, é correto afirmar que:

- (A) apenas os Arts. 1º e 2º são constitucionais;
- (B) todos os artigos são inconstitucionais;
- (C) todos os artigos são constitucionais;
- (D) apenas o Art. 3º é constitucional;
- (E) apenas o Art. 2º é constitucional.

38

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de criar um ente da Administração Pública indireta, que teria capital majoritário do poder público, com o objetivo de explorar atividade econômica em sentido estrito, em regime de competição com outras estruturas empresariais.

A assessoria respondeu, corretamente, que esse ente é uma:

- (A) autarquia, sendo criada por lei;
- (B) empresa pública, sendo criada por lei;
- (C) sociedade de economia mista, sendo criada por lei;
- (D) empresa pública, sendo criada a partir de autorização legal;
- (E) sociedade de economia mista, sendo criada a partir de autorização legal.

39

João, Deputado Estadual, no início do segundo semestre, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser aprovada uma lei, pela Assembleia Legislativa, com a produção de efeitos imediatos, aumentando a alíquota do ICMS e reduzindo a alíquota do ISS.

A assessoria respondeu, corretamente, que, preenchidos os demais requisitos exigidos:

- (A) a alíquota do ISS não poderia ser reduzida e o aumento da alíquota do ICMS, embora possa produzir efeitos imediatos, deve apenas observar o princípio da irretroatividade;
- (B) a alíquota do ISS poderia ser reduzida, mas o aumento da alíquota do ICMS estaria condicionado à promulgação de reforma constitucional ou com a delegação de poderes, pela União, aos Estados;
- (C) a alíquota do ISS não poderia ser reduzida e o aumento da alíquota do ICMS não poderia produzir efeitos imediatos, devendo observar o princípio da anterioridade, incluindo a anterioridade nonagesimal;
- (D) a alíquota do ISS poderia ser reduzida, mas o aumento da alíquota do ICMS não poderia produzir efeitos imediatos, devendo observar o princípio da anterioridade, apenas em sua modalidade nonagesimal;
- (E) as alíquotas do ISS e do ICMS não poderiam ser, respectivamente, reduzidas ou aumentadas, ressalvada a promulgação de reforma constitucional ou com a delegação de poderes, pela União, aos Estados.

40

O Ministério Público do Estado Alfa, após regular tramitação interna, elaborou a sua proposta orçamentária e encaminhou o respectivo projeto de lei à Assembleia Legislativa, que deliberou pela sua rejeição por vício de iniciativa.

À luz da sistemática constitucional, a deliberação da Assembleia Legislativa foi:

- (A) incorreta, desde que a iniciativa, pelo Ministério Público, tenha sido autorizada pelo Poder Executivo;
- (B) correta, pois a iniciativa do processo legislativo, na temática descrita na narrativa, é privativa do Poder Executivo;
- (C) correta, considerando que o Ministério Público é órgão do Poder Executivo, logo, apenas este último detém o poder de iniciativa legislativa;
- (D) incorreta, pois a iniciativa do processo legislativo somente é transferida ao Poder Executivo caso o Ministério Público não observe o prazo constitucional;
- (E) incorreta, pois o Ministério Público possui autonomia financeira, logo, tem legitimidade para submeter sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

41

Um grupo de parlamentares, insatisfeito com o diminuto rol de competências do Tribunal de Justiça do Estado Alfa e a correlata sobrecarga de atividades dos juizes de primeira instância, apresentou projeto de lei alterando as referidas competências. Após a tramitação regular, esse projeto resultou na promulgação da Lei nº XX/2021.

À luz da sistemática constitucional, o referido diploma normativo:

- (A) não apresenta qualquer vício formal;
- (B) apresenta vício formal, pois a matéria deve ser disciplinada na Constituição da República de 1988;
- (C) apresenta vício formal, pois a matéria deve ser disciplinada na Constituição do Estado Alfa;
- (D) apresenta vício formal, pois a matéria deve ser disciplinada em lei de iniciativa do Tribunal de Justiça;
- (E) apresenta vício formal, pois a matéria deve ser disciplinada em lei complementar de iniciativa do Tribunal de Justiça.

42

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº XX/2021 e a encaminhou para a apreciação do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, o referido ato normativo, preenchidos os demais requisitos exigidos:

- (A) se tornará definitivo, sendo convertido em lei, caso não seja apreciado em sessenta dias;
- (B) perderá a eficácia se não for apreciado em trinta dias, prorrogáveis por igual período;
- (C) perderá a eficácia se não for convertido em lei em sessenta dias, prorrogáveis por igual período;
- (D) somente não será convertido em lei pelo voto contrário da maioria absoluta do Congresso Nacional;
- (E) começará a produzir efeitos no momento em que for iniciada a sua apreciação pelo Congresso Nacional.

43

O Chefe do Poder Executivo do Município Beta, logo no início de sua gestão, nomeou diversas pessoas para cargos em comissão e de provimento efetivo que se encontravam vagos.

Considerando as atribuições constitucionais do Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- (A) as nomeações somente serão objeto de análise, pelo Tribunal, se for noticiada alguma irregularidade na sua realização;
- (B) apenas as nomeações para os cargos de provimento efetivo devem ter a sua legalidade apreciada, pelo Tribunal, para fins de registro;
- (C) apenas as nomeações para os cargos em comissão devem ter a sua legalidade apreciada, pelo Tribunal, para fins de registro;
- (D) todas as nomeações devem ter a sua legalidade apreciada, pelo Tribunal, para fins de registro;
- (E) nenhuma das nomeações está sujeita à análise do Tribunal para fins de registro.

44

A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- (A) emenda constitucional;
- (B) lei complementar;
- (C) ato suprallegal;
- (D) lei ordinária;
- (E) decreto.

45

Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- (A) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- (B) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- (C) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- (D) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- (E) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

46

Imagine que tramitem perante o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas os seguintes processos que consistam em:

I. ação desempenhada pelo órgão competente para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que deixarem de prestar contas e das que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar, dano ao erário devidamente quantificado;

II. ação determinada pelo Tribunal ou autoridade competente ao órgão central do controle interno, ou equivalente, para adotar providências, em caráter de urgência, nos casos previstos na legislação em vigor, para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, os processos acima têm natureza, respectivamente, de:

- (A) prestação de contas e tomada de contas especial;
- (B) prestação de contas e tomada de contas;
- (C) tomada de contas e tomada de contas especial;
- (D) prestação de contas e cautelar;
- (E) tomada de contas especial e cautelar.

47

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Resolução nº 04/2002), para o recebimento e atestação de bens, serviços adquiridos e obras realizadas pelo Tribunal, o Presidente:

- (A) designará o diretor da Divisão de Material e Patrimônio;
- (B) designará o diretor do Serviço de Arquivo;
- (C) designará o Secretário-Geral de Controle Externo;
- (D) constituirá uma comissão geral permanente;
- (E) constituirá comissões específicas temporárias.

48

José, Auditor Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no exercício da função, após breve discussão por preferências políticas, praticou ofensa física gratuita contra o particular Antônio, que sequer esboçou reação.

Após regular processo administrativo disciplinar, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1.762/1986), em tese, José está sujeito à sanção disciplinar da:

- (A) demissão, cuja prescrição ocorrerá no mesmo prazo prescricional previsto pela lei penal para o correlato crime;
- (B) demissão, cuja prescrição ocorrerá no prazo de cinco anos;
- (C) suspensão de até noventa dias, cuja prescrição ocorrerá no prazo de cinco anos;
- (D) suspensão de até trinta dias, cuja prescrição ocorrerá no prazo de três anos;
- (E) repreensão, cuja prescrição ocorrerá no prazo de três anos.

49

Prefeito municipal determinou que circulassem pela cidade carros de som adesivados com seu nome, sua foto e símbolo usado em sua última campanha eleitoral, informando à população que ele tinha acabado de construir e inaugurar mais cinco postos de saúde, razão pela qual ele seria o melhor político da região.

No caso em tela, o Prefeito violou direta e frontalmente o princípio expresso da administração pública da:

- (A) eficiência, pois os esforços do gestor devem se limitar às atividades fins em matéria de serviço público;
- (B) economicidade, pois a circulação de carros oficiais pela cidade causa dano ao erário;
- (C) impessoalidade, pois na publicidade oficial não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades;
- (D) publicidade, pois atos oficiais devem ser objeto de publicação no Diário Oficial, e não por meio de campanhas informativas por carros de som;
- (E) competitividade, pois desequilibrou as oportunidades de ganhos eleitorais entre os demais políticos da região que não possuem a máquina pública em suas mãos.

50

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para melhor organizar e priorizar as atividades de sua competência e visando a atender ao princípio da eficiência da administração pública, resolveu delegar determinados atos administrativos ao Secretário-Geral.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a Lei Estadual do Amazonas nº 2.794/2003, o Presidente do TCE/AM:

- (A) deve fazer publicar o ato de delegação e sua revogação no Diário Oficial;
- (B) deve renunciar à sua competência se não houver impedimento legal, mediante delegação de atribuição;
- (C) pode delegar competência para matérias determinadas em lei, como decisão de recursos administrativos;
- (D) pode delegar competência para matérias determinadas em lei e as decisões proferidas por delegação não podem mencionar explicitamente esta qualidade;
- (E) pode delegar competência para matérias determinadas em lei e as decisões proferidas por delegação considerar-se-ão editadas pelo delegante.

51

A Lei Estadual do Amazonas nº 2.869/2003 instituiu o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis e dos Militares do Estado do Amazonas. Visando a facilitar a compreensão do texto legal e a atender às especificidades das atividades desempenhadas pelo Tribunal de Contas do Amazonas, o TCE/AM editou a Resolução nº 01, de 19/01/2019, que institui o Código de Ética dos servidores do TCE/AM.

No caso em tela, o poder administrativo que embasou diretamente a criação da Resolução nº 01/2019, para disciplinar situação de caráter geral e abstrato em matéria de eticidade, facilitando a execução da Lei nº 2.869/2003, é o poder:

- (A) hierárquico, que possibilita ao chefe da instituição instituir verticalmente normas de conduta aos servidores;
- (B) disciplinar, que confere ao administrador a faculdade de editar regras para disciplinar a conduta dos servidores;
- (C) normativo, que complementa a lei, permitindo sua efetiva aplicação;
- (D) de polícia, que permite ao administrador regulamentar, condicionar e restringir a atuação funcional dos servidores;
- (E) de discricionariedade, que permite ao administrador inovar no mundo jurídico, ainda que de forma contrária à lei anterior.

52

Determinado Município no Estado do Amazonas estava inadimplente com o pagamento de suas faturas de energia elétrica há 120 dias. A concessionária prestadora do serviço público, com o escopo de obter os pagamentos a que fazia jus, cortou o fornecimento de energia elétrica a prédio público onde funciona um hospital municipal, interrompendo o serviço.

A concessionária agiu:

- (A) corretamente, pois a lei lhe faculta expressamente a interrupção do serviço em caso de inadimplemento do usuário, ainda que ente público;
- (B) corretamente, pois a lei lhe faculta expressamente a interrupção do serviço em caso de inadimplemento por prazo superior a sessenta dias;
- (C) erradamente, pois serviços públicos essenciais, como o fornecimento de energia elétrica, não podem ser interrompidos para qualquer usuário, em qualquer hipótese;
- (D) erradamente, pois pelo princípio da continuidade dos serviços públicos, a concessionária só poderia interromper o serviço para qualquer usuário por razões de ordem técnica;
- (E) erradamente, pois a interrupção foi prejudicial ao interesse da coletividade, aplicando-se a supremacia do interesse público sobre o privado.

53

No ano de 2019, o Estado Alfa publicou edital de licitação para aquisição de determinados bens. Ocorre que as propostas apresentadas pelos licitantes consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional e incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes. Assim sendo, o Estado fixou aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas que atendessem ao princípio da economicidade.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, tendo em vista que persistiu a situação, o Estado Alfa:

- (A) deveria iniciar imediatamente nova licitação, buscando novos interessados, vedada dispensa ou inexigibilidade para a contratação pretendida;
- (B) deveria solicitar ao Tribunal de Contas estadual autorização para proceder à contratação direta sem licitação, mediante inexigibilidade de licitação;
- (C) poderia ter procedido à inexigibilidade de licitação, mediante a adjudicação direta dos bens, por valor não superior ao constante do registro de preços;
- (D) poderia ter procedido à dispensa de licitação, mediante a adjudicação direta dos bens, por valor não superior ao constante do registro de preços;
- (E) deveria solicitar ao Tribunal de Contas estadual autorização para proceder à contratação direta sem licitação, mediante dispensa de licitação, com valor limite da menor proposta ofertada na primeira licitação.

54

O Estado do Amazonas pretende alienar um prédio público que atualmente não está sendo utilizado.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), a alienação pretendida está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, via de regra:

- (A) dependerá de autorização do Governador do Estado e poderá ser feita com inexigibilidade de licitação;
- (B) dependerá de autorização do Tribunal de Contas e poderá ser feita com dispensa de licitação;
- (C) dependerá de autorização do Tribunal de Contas e de licitação na modalidade concorrência;
- (D) exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão;
- (E) exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade concorrência.

55

Moacir, empregado de sociedade empresária concessionária do serviço de abastecimento de água potável no Município Alfa, realizava reparo na estação de tratamento de água. Durante os trabalhos, Moacir deu causa à ruptura de um duto, que ensejou o lançamento de forte jato de água na cidadã Maria, que passava por via pública no exato momento. Maria foi arremessada a três metros de distância e teve seu braço quebrado.

Maria deve manejar ação indenizatória diretamente em face:

- (A) do Município Alfa, que é o responsável legal pela prestação do serviço, e possui responsabilidade civil subjetiva pelo ocorrido, havendo necessidade de comprovação do dolo ou culpa de Moacir;
- (B) do Município Alfa, que é o responsável legal pela prestação do serviço, e possui responsabilidade civil objetiva pelo ocorrido, não havendo necessidade de comprovação do dolo ou culpa de Moacir;
- (C) da sociedade empresária concessionária, em razão da conduta de seu empregado, com base na responsabilidade civil subjetiva pelo ocorrido, havendo necessidade de comprovação do dolo ou culpa de Moacir;
- (D) da sociedade empresária concessionária, em razão da conduta de seu empregado, com base na responsabilidade civil objetiva pelo ocorrido, não havendo necessidade de comprovação do dolo ou culpa de Moacir;
- (E) de Moacir, na qualidade de pessoa física que deu causa aos danos sofridos pela vítima, com base em sua responsabilidade civil objetiva pelo ocorrido, não havendo necessidade de comprovação de seu dolo ou culpa.

56

João, Auditor Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, adquiriu, para si, no exercício do cargo que já ocupa há oito anos, bens imóveis, consistentes em uma casa e um apartamento do tipo cobertura, cujos valores são notoriamente desproporcionais à evolução de seu patrimônio e à sua renda como agente público.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, em tese, João:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não restou comprovado dano ao erário;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não restou comprovada a origem espúria dos valores usados na compra dos imóveis;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

57

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá, dentre outras matérias, sobre:

- (A) diretrizes e metas, de forma regionalizada, da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes;
- (B) objetivos e metas, de forma regionalizada, da administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada;
- (C) equilíbrio entre receitas e despesas, vedada a regulamentação sobre condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- (D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- (E) reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita tributária líquida, serão estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

58

O Estado do Amazonas, mediante prévia licitação, contratou sociedade empresária para prestar serviços de reforma em um edifício onde funciona a Secretaria Estadual de Saúde. No curso do contrato, com a devida justificativa que atendeu ao interesse público, o Estado decidiu alterar unilateralmente o contrato para acréscimo quantitativo de seu objeto.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, a sociedade empresária contratada:

- (A) está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem na obra, até 50% do valor inicial atualizado do contrato;
- (B) está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem na obra, até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- (C) não está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos unilaterais na obra, mas caso o queira, poderá fazê-lo até 10% do valor inicial atualizado do contrato;
- (D) não está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos unilaterais na obra, mas caso o queira, poderá fazê-lo até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- (E) não está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos unilaterais na obra, mas caso o queira, poderá fazê-lo, desde que o Tribunal de Contas previamente autorize, observado o limite de mais até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

59

A Lei de Acesso à Informação estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, sendo obrigatória a divulgação por meio da internet.

Nesse contexto, a citada Lei nº 12.527/2011 dispõe que os sítios oficiais da rede mundial de computadores deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, ao seguinte requisito:

- (A) atualizar, com periodicidade semanal, as informações disponíveis para acesso, inclusive remetendo o interessado a outros sítios eletrônicos para informações complementares;
- (B) disponibilizar, apenas mediante senha alfanumérica de seis dígitos, informações classificadas como sigilosas que possam pôr em risco a segurança das instituições;
- (C) conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- (D) manter canal eletrônico como protocolo para recebimento de documentos e requerimentos de acesso a informações exclusivamente em formato pdf;
- (E) possibilitar o acesso a relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações, vedada a disponibilização técnica de tais relatórios para gravação.

60

João, servidor público ocupante de cargo efetivo no Estado do Amazonas, foi removido de ofício pela Administração de Manaus para o interior do Estado, fato que lhe causou uma série de inconvenientes em sua vida pessoal. O ato de remoção foi praticado por Marcelo, autoridade competente para tal, que, contudo, nutria sabida antipatia por João. O servidor João conseguiu reunir provas de que o real motivo de sua remoção foi retaliação contra si praticada por Marcelo, razão pela qual tentou pedido de reconsideração e recurso administrativo, ambos sem êxito.

Ao procurar advogado para reverter a situação, João foi informado de que o ato de remoção:

- (A) está viciado, razão pela qual o Judiciário deve ser provocado para anulá-lo;
- (B) está viciado, razão pela qual o Judiciário deve ser provocado para revogá-lo;
- (C) está viciado, razão pela qual o Judiciário deve ser provocado para cassá-lo;
- (D) não está viciado, pois a Administração Pública não precisa expor os motivos pelos quais pratica um ato discricionário;
- (E) não está viciado, pois, pela teoria do órgão, quem praticou o ato não foi a pessoa natural de Marcelo, e sim a própria Administração.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

